

O DETRIMENTO DO TRABALHO SOB A TRÍADE DA PRECARIZAÇÃO: GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Camila Fontes Savassa – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília – PIBIC-CNPq,
camilasavassa@yahoo.com.br

Discutimos, a priori, as modificações pelas quais passaram tanto sociedade quanto formas de organização da produção decorrentes de processos neoliberais de reestruturação produtiva e o processo de globalização. Para tanto, descrevemos cada um desses processos, considerando seus diferentes momentos históricos e posteriormente demonstrando o quanto entrelaçados se encontram neste processo de inúmeras transformações das sociedades contemporâneas e suas formas de produção.

As descrições de tais alterações no cenário social, político e econômico iniciam-se desde o fim dos anos 60 com a crise do fordismo, o desmoronamento do acordo de Bretton Woods no início dos anos 70; no Brasil, a crise da dívida externa que teve início no começo dos anos 80 adentrando os anos 90 em decorrência do ocorrido no México em 1982, que demonstrou não só a fragilidade de nosso país quanto ao balanço de pagamentos, mas de todos os outros que compõem a área mais periférica da escala econômica e de desenvolvimento, refletindo-se em índices elevados de desemprego, arrocho salarial, corte de créditos e extensão da dívida externa e do atraso econômico já existente entre esses países.

Após apresentarmos tais problemas, mencionamos algumas medidas tomadas pelos diferentes governos de José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique, nas décadas de 80 e 90. Diversos foram os planos de estabilização insatisfatórios, que de uma forma geral acabaram por provocar elevação de preços internos em detrimento do encarecimento das importações, estímulos inflacionários cada vez mais constantes, rupturas econômico-políticas ao longo da trajetória de desenvolvimento do país, estagnação econômica, crescimento quase imperceptível do PIB, instabilidade inflacionária, entre outros.

As medidas adotadas na década de 90 pelo governo Collor – por meio de políticas de estabilização a longo prazo, articulando luta contra a inflação com implementação de reformas estruturais na economia com características claramente liberais – caracterizaram-se em uma política de controle rigoroso sobre a liquidez da economia, tendo como resultado

apesar de uma queda abrupta da inflação, uma enorme recessão, crescimento do desemprego e redução da renda.

Fernando Henrique Cardoso, que já vinha demonstrando desde 1991 sua adoção ao projeto de modernização neoliberal, elege-se em 1994 e por meio de uma gama de alianças políticas, propiciadas por meio do sucesso de seu plano que mantinha até o momento a inflação a níveis muito baixos e em decréscimo, inicia as reformas constitucionais de cunho econômico em que, sob outras palavras poderíamos considerar por meio de três fatores indissociáveis, quais sejam, a política, a economia e o processo eleitoral, caracterizaram o Plano Real, possibilitando de uma forma geral, a derrota das forças esquerdistas e o avanço de políticas apoiadas em projetos liberais advindos do governo anterior, Fernando Collor de Mello.

A partir das modificações ocorridas em decorrência da adoção do Plano Real, em que tanto aspectos positivos como a queda da inflação, crescimento da produção e entrada e saída de capitais estrangeiros especulativos (possíveis por meio da abertura econômica através da queda das alíquotas do Imposto de Importação), quanto aspectos negativos tais como, a profunda recessão pelo qual passou o país, antecedido pela fuga de capitais especulativos, crise cambial, déficits na balança comercial, intensificação das privatizações e retorno da inflação.

Com o intuito de maiores esclarecimentos acerca dos fatos ocorridos ao longo da implementação do Plano Real e seu governo atuante, dividimos tal Plano em quatro fases que abrangem o período de 1994 a 1999. Tais fases seriam, primeiramente, compostas por um caráter expansivo, depois recessivo-estagnacionista, outra que abrangeu a retomada do crescimento e finalmente a quarta fase marcada novamente pelo caráter recessivo-estagnacionista, demonstrando em suma que, tais flutuações ocasionaram impactos em grande medida sobre o mercado de trabalho.

Período de instabilidade cambial, endividamentos externo e interno, índices de desemprego históricos, são alguns dos reflexos advindos das políticas econômicas diversas e mal sucedidas pelo qual o país passou.

Após estas considerações preliminares e elucidativas acerca da situação política, econômica e social de nosso país, iremos verificar as mudanças ocorridas no mercado de trabalho em decorrência da necessidade de implantação de novas tecnologias imprescindíveis diante do quadro de concorrência entre empresas, o então processo de reestruturação produtiva, ocasionando novos métodos de trabalho, introdução de equipamentos e modos de gestão inovadores, trabalhos realizados em grupo, terceirizações entre outros.

Muito significativas foram as mudanças ocasionadas pela reestruturação produtiva ao universo dos trabalhadores, reduzindo em larga escala a mão-de-obra, as condições favoráveis de se exercer suas atividades, demonstrando que entre a relação trabalho e capital, inúmeras são as redefinições capazes de alterar suas correlações ao reaparecer antigas formas de consumo de força de trabalho e surgimento de novas formas de exploração, que acabam por afetar diretamente a forma como se estrutura e “comporta” a classe trabalhadora.

Seguindo o quadro de alterações pelos quais passaram o trabalhador, moldando-se a fim de permanecer no mercado de trabalho, demonstraremos o quanto sua subjetividade e características enquanto humano são deixadas de lado, em uma incessante busca por lucros, capaz mesmo de desfigurar o que outrora se apresentava como espécie viva, transformando-o em verdadeiros componentes de maquinário, ou mesmo verdadeiras máquinas de produção, sem sentidos, portadores de obrigações e metas, em que o fim último do trabalho para o homem se torna contraditório.

As questões salariais e empregatícias na indústria brasileira são analisadas cuidadosamente com base em pesquisas de órgãos diversos bem como considerações importantes acerca de todo o contingente de alterações advindas com a reestruturação produtiva.

Os impactos negativos sobre os trabalhadores, em decorrência do capitalismo predatório e de toda precarização dos vínculos empregatícios, sobretudo os do setor privado, as indústrias, e suas formas de reajuste e redução de custos que, acabam por afetar diretamente a mão-de-obra através de redução salarial, substituição destes por maquinários diversos e demais tecnologias ou ainda demissões em massa, demonstrando de uma forma geral que, a reestruturação industrial em nosso país, marcada por um forte conservadorismo empresarial vem contribuindo para a já grandiosa precarização e informalização do mercado de trabalho.

De acordo com todo o encadeamento econômico que proporciona, a indústria de transformação recebe atenção em particular, pois clarifica as precarizações trabalhistas, além de nos apresentar índices interessantíssimos, ora em alta ora em queda, que ligam-se à medidas governamentais protecionistas bem como à relação, aumento da produção versus diminuição do contingente empregado.

Tracejamos ao longo das décadas de 1990 e 2000 – sob comparações e algumas elucidações referentes aos anos 80 a fim de melhores compreendimentos acerca de todo o processo de transformação transcorridos no país –, os percalços pelos quais passaram, e ainda encontram-se em vias de enfrentamento, o Brasil e sua economia, classe trabalhadora, setores

de atividade econômica diversas, durante governos distintos – historicamente marcados pelos opostos entre direita e esquerda – em que, o modelo neoliberal, seja de forma mais pungente ou inerte apresenta-se comumente.

Ao nos referirmos especificamente a esta última década, consideramos entre outros fatores o quanto presente ainda se faz o neoliberalismo implantado em décadas antecedentes, embora mediante adoção de políticas públicas incisivas e intervenção econômica, capazes, na melhor das hipóteses, de reduzir o avanço incisivo das reformas neoliberais.

Diante destas proposições expostas acima, podemos verificar que toda esta reestruturação pela qual o país passou e vem enfrentando ainda hoje em nome das diversas adaptações impostas pela economia mundial, fundamenta-se, sobretudo em uma política de redução de custos sob quaisquer circunstâncias, sem haver considerações preliminares no que se refere aos impactos sofridos pelos trabalhadores.

Tanto capital como trabalho, um em buscas incessantes por novas formas de acumulação e outro em constante processo de modificações e adaptações, sentem os impactos desta reestruturação que se reflete para além do político-econômico, no âmbito social ao passo que desestabiliza toda uma classe trabalhadora por meio de controles diversos sobre a força de trabalho em nome da concorrência comercial abrupta.

As diversas medidas implementadas por diferentes governos ao longo de duas décadas não foram capazes de cessar ou ao menos estabilizar consideravelmente os problemas econômicos e sociais agravados pelos aspectos do novo paradigma organizacional e tecnológico que configura a então reestruturação produtiva.

A década de 90 foi marcada por índices elevadíssimos de desemprego calculados em 4,28 no ano de 1990 e atingindo o total de 7,59 em 1998 considerando-se as regiões metropolitanas do Brasil como demonstra a tabela 4, mesmo considerando as oscilações e algumas quedas ao longo do período estabelecido.

Tabela 04Evolução da Taxa de Desemprego Aberto (%)
Médias Anuais – 1990 – 1998

MESES	BRASIL*	RMSP	RMS
1989	3,35	3,44	4,37
1990	4,28	4,55	5,39
1991	4,83	5,52	5,91
1992	5,80	6,60	7,00
1993	5,32	5,74	6,61
1994	4,96	5,42	7,05
1995	4,64	5,17	6,72
1996	5,46	6,29	6,84
1997	5,66	6,60	7,73
1998	7,59	8,58	9,27

Fonte: IBGE – PME

*Regiões Metropolitanas: SSA, SP, RJ, PA, BH E RE

Índices como este, fazem por clarificar uma nova situação estrutural do mercado de trabalho, cuja transformação se deve à abertura econômica associada à intensificação da reestruturação produtiva, refletindo em uma grande diminuição da classe operária industrial, seguida de assalariamento precário devido às novas formas de contratação trabalhista, seja trabalho parcial, temporário, terceirizado, enfim, subcontratos de característica precária.

Assim vemos o quão crescente são as condições de ascensão do capital sob “à custa” de pessoas que detém apenas sua força de trabalho como meio de subsistência, confirmando de acordo com Marx a possibilidade de tal expansão do capital, já que “grandes massas humanas têm de estar disponíveis para serem lançadas nos pontos decisivos, sem prejudicar a escala de produção em outros ramos” (MARX, Karl, Vol. II, 1987).

Tabela 08

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1998/2008	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal (em Reais de janeiro de 2008)							
	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre	
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens
	Período							
1998	1104	1190	970	2043	2145	1901	1260	1355
1999	1067	1149	950	2073	2188	1918	1241	1348
2000	1038	1119	927	1926	2063	1744	1224	1333
2001	1043	1132	919	1948	2093	1765	1211	1315
2002	1045	1119	943	1920	2041	1762	1188	1277
2003	946	1027	839	1692	1818	1528	1098	1177
2004	972	1061	860	1701	1806	1569	1112	1182
2005	948	1026	846	1716	1808	1600	1112	1187
2006	1062	1147	949	1786	1898	1638	1120	1210
2007	1091	1172	985	1898	2007	1757	1147	1227
2008	1157	1262	1024	2007	2100	1886	1161	1236
Período	Recife			Salvador			São Paulo	
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens
1998	1034	1079	957	1132	1225	999	1755	1913
1999	999	1041	927	1048	1124	943	1682	1826
2000	959	1008	876	1034	1105	933	1569	1717
2001	964	1024	866	1016	1080	926	1457	1591
2002	934	978	865	1016	1078	930	1347	1448
2003	787	828	720	932	973	877	1284	1379

2004	754	805	676	970	1017	904	1299	1399
2005	750	782	698	971	1038	877	1307	1422
2006	801	836	747	964	1021	884	1308	1409
2007	819	846	778	982	1015	936	1298	1402
2008	833	864	784	1075	1137	996	1291	1411

Rendimento médio real dos assalariados, por sexo

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Obs.: a) Inflator utilizado: IPCA/BH/IPEAD; INPC-DF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP

b) Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Podemos verificar com base nos dados apresentados, referentes à estimativa dos desempregados e níveis salariais de acordo com o sexo e regiões metropolitanas estabelecidas, que de modo geral, a disparidade entre os sexos reflete-se nas estatísticas em relação ao número de mão-de-obra em situação de desemprego, bem como a quantia paga pelo trabalho exercido, permanecendo as mulheres, apesar de anos de luta por maior igualdade, em constante inferioridade, com os maiores índices de desemprego e os menores salários ao se equipararem com os homens.

Ademais toda a disparidade ainda presente, devemos nos atentar para algo particular acerca da inserção da mão-de-obra feminina crescente ao longo dos anos que, de acordo com a PNAD (2008), cresceu de 43,1%, em 2004; para 43,5% em 2005; 43,7% em 2006; 46,7% em 2007 e 47,2 em 2008.

Ainda que seus subsídios salariais sejam inferiores, as mulheres apresentam-se mais independente financeiramente, e se fazem mais presentes dentre as estimativas da população economicamente ativa, para além de outros fatores, por dois em especial, quais sejam, o desemprego masculino e a remuneração que por ser inferior, muitas vezes torna-se prioritária a sua contratação – de acordo com Alves (2000) expressão da nova precariedade salarial da força de trabalho no Brasil. Modifica-se assim, todo um quadro tradicional, ou seja, os homens passam a posição de provedor familiar às mulheres que, muitas vezes são as únicas e exercer algum tipo de trabalho remunerado, invertendo-se ainda mais os papéis sociais,

permanecendo os homens com as atividades domésticas e as mulheres com as atividades para além lar.

Os impactos negativos sobre os trabalhadores, em decorrência do capitalismo predatório e toda a precarização dos vínculos empregatícios prolongam-se há anos, em um processo que parece não mais ter fim, pois as melhorias quando obtidas apresentam-se em brevidade, como o caso do nível escolar e intelectual entre os trabalhadores que em consequência da necessidade imposta para obtenção ou mesmo permanência em seus postos de trabalho elevou-se, contudo após certo período, acabou por refletir-se em um quadro inverso, tornando-se um empecilho, pois com elevado número de mão-de-obra qualificada, escolarizada, seja em níveis de ensino fundamental, médio, ou mesmo de graduação universitária, o mercado de trabalho voltou a restringir-se mais uma vez, ampliando-se ainda assim os trabalhos informais e de regimes empregatícios especiais, devido à necessidade de subsistência.

Sendo um setor dentre as atividades econômicas tido como chave para o desenvolvimento do país, a indústria de transformação destaca-se não só por seu expressivo encadeamento econômico e fornecimento de produtos finais, como também por representar/exemplificar de forma muito clarificada as precarizações diversas sofridas pelos trabalhadores, ao considerarem-se os ganhos de produtividade à custas de retrações de emprego, mudanças tecnológicas e técnicas produtivas, além de ser este setor, propiciado por políticas protecionistas ao longo de décadas governamentais.

Dona de índices muito oscilantes dentre a economia brasileira, a indústria de transformação apresentou diversos “altos e baixos” ao longo de diferentes governos, sob a estimativa de vários anos e diferentes fatores, delineando assim algumas concentrações, heterogeneidades e características interessantes acerca de investimentos tecnológicos, regiões onde se encontram, representação no PIB, porte de empresas, empregabilidade, remunerações e etc.

Os maiores investimentos tecnológicos voltam-se para as indústrias em menor número dentre as demais, ou seja, as de grande porte que, ainda assim, com investimentos em pesquisa e desenvolvimento relativamente baixo – demonstrando a deficiência deste investimento interno e a grande importância para aquisição de máquinas e equipamentos como forma de aprimoramento – possui a maior representatividade de crescimento dentre todos os segmentos que englobam o setor industrial.

Para além das conhecidas concentrações industriais – regiões sul e sudeste – verificamos uma descentralização das atividades econômicas industriais como forma,

sobretudo de amenizarem-se os custos – saturação da infra-estrutura, preço elevado dos terrenos, restrições ambientais entre outros – que se deslocam para o interior do estado, aumentando sua representatividade econômica e produtiva acerca da indústria de transformação, sem, no entanto afetar consideravelmente todo o peso e representação econômica, bem como participação da produção industrial da cidade de São Paulo, que detém maior participação industrial na economia brasileira.

Dentre toda oscilação e instabilidades da indústria como um todo, os anos 90 em particular, apresentou grande queda de empregos neste setor, seguido de crescimento do setor de serviços ao se compor cada vez mais pelos trabalhadores em situação de desemprego, muitas vezes dispensados pelas atividades industriais, ampliando também as relações de trabalho à margem das legislações trabalhistas.

Os índices em baixa referentes à empregabilidade industrial são fruto de padrões de desenvolvimento incertos e arriscados, selecionados pelo país ao longo de décadas, tendo como retorno, o crescimento econômico instável e a perda de postos de trabalho em detrimento de toda a reestruturação pelas quais as empresas passaram e ainda vivenciam, ampliando-se ainda mais os postos ocupados pelo setor de serviços e a sua crescente participação não só na economia, como também entre regiões diversas.

Na década de 2000, e particularmente a partir de 2002, observamos um crescimento industrial modesto, porém significativo em vista dos ocorridos ao longo do ano que comprimiram o mercado interno, propiciado pela recuperação da demanda interna por meio das aquisições de produtos oriundos da indústria de transformação, efetuadas pela camada abastada.

Em 2007 obtivemos de fato, um crescimento industrial considerável, apresentando maiores índices de empregos formais – sobretudo pelo dinamismo na indústria de transformação – com menor aumento da capacidade produtiva e diminuição considerável dos índices de desemprego aberto nas regiões metropolitanas, além de maior crescimento do PIB. Houve neste ano, uma superação das admissões frente às demissões na indústria de transformação, o que representou a expansão do estoque de empregos formais.

Contudo, tal crescimento não fora capaz de caracterizar um avanço frente ao neoliberalismo e as precarizações diversas oriundas de governos anteriores, podendo somente, mas consideravelmente, reduzir os efeitos causados por este.

Estando no governo por oito anos, o atual presidente Luis Inácio Lula da Silva, com todas as medidas destinadas ao maior dinamismo e crescimento da economia, bem como os

avanços observáveis ao longo da década de 2000, não fora capaz de restaurar os danos sofridos pelo trabalho, causados ainda na década neoliberal de 1990.

Mesmo dispondo de índices favoráveis quanto empregabilidade formal, PIB elevado, queda no desemprego aberto e etc., a década de 2000, assim como a sua “esperançosa gestão” de cunho esquerdista, não pôde inverter toda a degradação pela qual vinha passando, e ainda vivencia, a classe trabalhadora em relação ao assalariamento acerca dos rendimentos médios reais.

Um agravamento considerável verificado nesta última década de 2000 refere-se a uma forma de controle ainda mais perversa e maléfica, pautada na cobrança por execuções de tarefas ainda mais produtivas, com menor dispêndio de tempo e energia dos trabalhadores, interferindo para além de suas rotineiras funções, em sua subjetividade, cujas metas a serem cumpridas como uma forma mesmo de se permanecer em atividade remunerada, acaba por ocasionar conflitos de relacionamento entre os que compõem o ambiente de trabalho, estendendo o universo competitivo para aqueles que praticamente nada irão receber acima do concordado ao produzirem em maior escala.

A década de 2000 apresenta-se com o cerne da modernidade salarial desconjuntada, com estruturas empregatícias e empregado modificadas em nome da reestruturação produtiva e o capitalismo predatório e flexível, pautado em novas formas de obtenção de ganhos em produtividade sem quaisquer elevações conjuntas ao rendimento dos trabalhadores, prolongando-se assim – considerando-se algumas modificações, altos e baixos, comedimentos governamentais – a desefetivação da força de trabalho e o fortalecimento do modelo neoliberal em uma problemática atenuante de precariedades do labor.